

Introdução

ANA MARIA BRANDÃO & ANA PAULA MARQUES

Face a um contexto de profunda recomposição do mundo do trabalho e do emprego, fruto da competição internacional e de inovações tecnológicas e informáticas que sustentam discursos sobre o “fim do trabalho”, o “emagrecimento” dos sistemas produtivos e, fundamentalmente, de “crise” do Estado-Providência, assiste-se, hoje, a um enfraquecimento de direitos sociais e vínculos contratuais entre trabalhadores e organizações, que, associado à redução da importância do sindicalismo e dos movimentos sociais, tende a situar as relações de trabalho sob o signo de precariedade e/ou do desemprego. Daqui resultam alterações profundas nas relações de trabalho, nas posições e identidades laborais – no essencial, na cidadania individual e coletiva.

A entrada no mercado de trabalho faz-se, hoje, sobretudo, através de modalidades flexíveis ou atípicas (contratos a termo, falsos recibos verdes, trabalho temporário, etc.) ou em trabalhos subqualificados e sem correspondência com o perfil de formação profissional dos candidatos ao emprego. As taxas de desemprego atingem, em Portugal, valores históricos. Esta realidade afeta camadas heterogêneas da população, mas atinge sobretudo os mais jovens, cujas trajetórias profissionais tendem a ser marcadas pela transitoriedade, pela intermitência e pela alternância, inscrevendo-os na incerteza face ao futuro e limitando ou comprometendo projetos pessoais, sociais e afetivos. Neste cenário, os novos movimentos sociais protagonizados pelos mais jovens – de que são exemplo, entre nós, o Fartos Destes Recibos Verdes (Ferve), os Precários Inflexíveis, o Ativistas Precários (APREI), a Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual e a Associação de Bolseiros de Investigação Científica (A.B.I.C.) –, ressentidos com a ausência de propostas para o futuro, reclamam a dignidade do trabalho e formas de democracia mais participativas. Estas ondas de protesto marcaram de tal modo o ano de 2011 que a revista *Times* escolheu “O Manifestante” como a personalidade desse ano.

No XIII Colóquio de Sociologia, realizado em 18 de Abril de 2012, na Universidade do Minho, discutiram-se estas problemáticas e as novas formas de cidadania que as acompanham, contando, para tal, com a participação de diversos especialistas e atores diretamente relacionados com as questões laborais. Esses contributos serviram de base aos textos que se reúnem agora nesta obra, que constituem versões aprofundadas das comunicações então

apresentadas pelos respetivos autores. A edição deste Colóquio é, para nós, uma plataforma de abertura e de diálogo entre os académicos provenientes das áreas das ciências sociais e humanas, mas também um contributo para a disseminação destas temáticas e respetivas reflexões junto de um público mais vasto.

Abre este livro um texto de Carlos Manuel Gonçalves, que enquadra o fenómeno do desemprego nas suas múltiplas dimensões e efeitos, com especial incidência no caso dos jovens. Situando-o no contexto europeu, o autor analisa o caso português sensivelmente desde o início do século XXI, mostrando como os fenómenos do desemprego se intersectam com os momentos do ciclo económico e com formas de desigualdade que potenciam ora as dificuldades, ora a facilidade de entrada, permanência ou mesmo regresso no/ao mercado de trabalho, o que significa, desde logo, que nem todos os jovens estão igualmente sujeitos à precariedade ou a formas de emprego atípicas.

Ana Paula Marques discute, seguidamente, em que medida as práticas profissionais dos diplomados em ciências sociais e, em particular, em sociologia, apresentam contornos de (in)visibilidade no mercado de trabalho, os seus desafios e (novos) riscos profissionais. Com enfoque particular na empregabilidade pela via do empreendedorismo – tanto na modalidade de auto emprego, como na de criação de empresa/ negócio –, a autora analisa em que medida este se tem vindo a constituir como alternativa ao risco de desemprego ou, pelo contrário, como projeto de carreira. Da análise ressalta a importância de (re)pensar a empregabilidade dos graduados no contexto das mudanças registadas ao nível do mercado de trabalho – nomeadamente, as novas exigências com que se confrontam, hoje, os trabalhadores –, sublinhando-se tanto as oportunidades, como os riscos que elas colocam/acarretam aos/para os indivíduos, quer às/para as próprias instituições de ensino superior. Os processos de profissionalização revestem-se, portanto, atualmente, de novas lógicas a que importa dar resposta, mas face às quais importa, igualmente, não perder o sentido crítico.

Centrando-se especificamente ao nível das relações interpessoais e interorganizacionais, Ana Veloso debate, seguidamente, o conceito de “confiança organizacional” e as suas implicações quer para os trabalhadores, quer para as organizações. A importância da confiança no Outro – colega, chefia ou organização – no atual contexto de acelerada mudança nas relações entre organizações e mercado, por um lado, e entre trabalhadores e empregadores, por outro, é sublinhada sobretudo porque levanta problemas particulares ligados a transformações na relação de emprego. Por essa razão, e pelos efeitos que a confiança – ou a sua ausência – podem suscitar, seja ao nível dos desempenhos, da satisfação

com o trabalho e do bem-estar individuais, seja ao nível do desempenho e da inovação organizacionais, a sua construção e a sua preservação assumem particular importância no âmbito das políticas de gestão de recursos humanos. E exigem que estas atendam a aspetos como a perceção, por parte dos trabalhadores, do grau de fiabilidade dos empregadores e da justiça dos sistemas de gestão adotados.

Ana Maria Duarte centra-se, no seu texto, na noção de “trabalho digno”, proposta pela Organização Internacional do Trabalho em 1999, e nas dimensões que a compõem. Partindo de um enquadramento das alterações na conceção de trabalho desde a Antiguidade aos nossos dias, e em contraponto com as teses do “fim do trabalho”, a autora defende que o trabalho continua a ser um aspeto central da identidade pessoal e social e, em especial, do sentimento de inteireza e valor do ser humano. A globalização, a crescente desregulação dos mercados económico e financeiro e os seus impactos ao nível das condições de trabalho parecem, pelo contrário, tornar mais premente a discussão do que constitui um trabalho digno e dos efeitos aviltantes de uma precarização que assume múltiplas – por vezes, refinadas – formas, bem patentes nos discursos dos seus entrevistados.

Concluimos esta obra com o texto de Bruno Monteiro, que descreve uma investigação de carácter etnográfico junto de uma comunidade industrial do vale do Sousa. Nele se dá voz aos efeitos da recomposição económica e social e às situações de precariedade dela decorrentes no seio de uma comunidade operária, ilustrando, de forma vívida, os processos de violência não só simbólica, mas também material que se abatem sobre certas categorias sociais particularmente vulneráveis às lógicas económicas dominantes. As experiências subjetivas aqui relatadas mostram bem os efeitos do desemprego, da precariedade e do trabalho – e do tratamento – indigno sobre a identidade, a autoestima, ou o sentido de valor pessoal, reforçando a importância de um posicionamento crítico face às mudanças em curso nos domínios do trabalho e do emprego.

Os jovens, na sua relação com o trabalho e a cidadania, inscrevem-se nos limites do mercado de trabalho, que os condiciona, simultaneamente, na sua capacidade de perspetivar o futuro e de contribuir para a renovação da sociedade. Por isso, quando toda uma geração (sem e com elevadas qualificações) se confronta com mercados de trabalho segmentados, fragmentados e cada vez mais desiguais e excludentes, urge questionar as sociedades atuais nas suas opções e consequências nos domínios político, económico, educativo e cultural, sobretudo quando destas resulta um agravamento das desigualdades (inter)geracionais e sociais.